



**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –
DECÊNIO 2024-2034**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 2024

EMENDA Nº / 2025

Emenda ao Plano Nacional de Educação,
para modificar a Meta 6.2 ao Anexo.

Art. 1º Modifica-se a Estratégia 6.2 ao Anexo, com a seguinte redação:

Estratégia 6.2. **Instituir Implementar**, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **diretrizes operacionais nacionais de jornada escolar em tempo integral** as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral (Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025), instaurando mecanismos de monitoramento e avaliação de sua implementação, que garanta qualidade e intencionalidade pedagógica de todas as ações realizadas nesse âmbito, respeitadas as especificidades das etapas e das modalidades, para orientar a construção de documentos curriculares pelos entes federativos a consolidação



* C D 2 5 0 4 9 4 6 3 6 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 28/10/2025 11:44:30.800 - PL261424
A 1082/2025 PL261424 => SBT 1 PL261424 => PL 2614/2025
ESB n.1082/2025

de práticas pedagógicas integradoras e equitativas que garantam os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento pleno com base em abordagem multidisciplinar e intersetorial e promovam a formação para cidadania e a qualificação para o trabalho dos estudantes.

JUSTIFICATIVA

A meta já foi superada/caducada com a publicação das Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral - Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025. O foco deve ser sua implementação, com monitoramento e avaliação. Dessa forma, a reformulação da Estratégia 6.2 representa um avanço ao substituir a noção superada de "instituir" e "orientar a construção" por um referencial concreto baseado nas diretrizes do CNE, garantindo maior precisão técnica e alinhamento com políticas vigentes. A nova redação amplia o escopo da proposta ao vincular explicitamente a estratégia ao monitoramento e avaliação de sua implementação para a concretização de seu propósito integrador e equitativo.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de outubro de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE

Deputada Federal - PSOL/SP



* C D 2 5 0 4 9 4 6 3 6 6 0 0 *